



Informativo

CHINA

Edição 30 - Março de 2016

[facebook.com/canaldoprodutor](https://www.facebook.com/canaldoprodutor)

twitter.com/canaldoprodutor

canaldoprodutor.com.br



Tem boi no aviário

Os negociadores de Pequim e de Washington parecem levar a sério a máxima de que o comércio deve ser uma via de duas mãos – ao menos, para os negócios da indústria de carnes.

O jogo entre as duas maiores economias do planeta é o seguinte. Os norte-americanos querem vender carne bovina para os chineses. Pequim fechou as portas para esse produto em 2003. À época, as autoridades do país asiático temiam um surto do mal da vaca louca.

Por outro lado, os chineses querem exportar cortes de aves in natura para os consumidores norte-americanos – principalmente de frango. Desde 2013, Washington libera a entrada de cortes processados na China. Mas, até agora, nenhum contêiner deixou os portos chineses com destino aos Estados Unidos. E o motivo é que Washington exige que as aves, antes de serem processadas na China, sejam abatidas no Chile, Canadá, ou nos Estados Unidos. Mesmo em tempo de cadeias globais, a logística é bem complicada.

O jogo, entretanto, parece estar perto do fim. E a primeira carta veio da Casa Branca. No dia 4 de março passado, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) anunciou que os abatedouros chineses passaram a cumprir as regras sanitárias determinadas pelas autoridades norte-americanas. Essa é a conclusão do relatório escrito pelos auditores que Washington enviou a aviários chineses em maio do ano passado.

Este era o sinal verde que os avicultores chineses aguardavam há anos. Mas, na prática, ainda não podem embarcar frango para a América. É que a administração de Obama ainda precisa divulgar a decisão final – a chamada final rule, no jargão de Washington. Além disso, terá que abrir consulta pública, por 90 dias, para ouvir os comentários da sociedade norte-americana sobre o tema.

O anúncio causou reações distintas entre os políticos e empresários norte-americanos. Segundo o jornal Daily News, os concorrentes chineses parecem

não assustar os produtores locais de frango. “Mais de 99 por cento da carne de frango consumida nos Estados Unidos é produzida e processada localmente”, afirmou um dirigente do Conselho Nacional do Frango, entidade que representa os produtores dos Estados Unidos.

No Congresso, entretanto, a reação não teve o mesmo tom otimista do setor privado. A republicana Rosa Delauro foi direto ao ponto. “Essa é mais uma prova que as autoridades estão mais preocupadas com o comércio do que com a saúde dos consumidores”, disse em entrevista ao Daily News.

O mesmo jornal também sugere que Pequim teria condicionado a autorização para a carne bovina dos Estados Unidos à liberação de Washington para os frangos chineses. Independentemente do que ocorre, realmente, nos bastidores diplomáticos, os negociadores dos dois lados nunca estiveram tão próximos de bater o martelo.

Vem frango, vai boi.

Solução que vem de fora

Os chineses tiveram que importar 120 milhões de toneladas de bens agropecuários para atender o consumo interno em 2015. A soja foi o grão que mais desembarcou nos portos do país no ano passado. Sozinha, respondeu por 70% das importações do setor. Boa parte das importações de soja abasteceu a indústria de ração animal.

É verdade que o país tem aumentado a produção de grãos nos últimos doze anos. Em 2015, produziu 621 milhões de toneladas. O Estado chinês tem investido no desenvolvimento de tecnologias para ceifar os custos de produção no

campo. No mês passado, por exemplo, desembolsou US\$ 43 bilhões para adquirir a suíça Syngenta - uma das gigantes na produção de sementes transgênicas. A notícia abalou o mercado mundial de biotecnologia para a agricultura.

Apesar dos esforços, Pequim parece estar longe da autossuficiência na produção de alimentos. Nas décadas passadas, a explosão demográfica era o grande desafio para a segurança alimentar do país. Agora, a melhoria da renda e a urbanização pressionam o campo a produzir cada vez mais.

O desencontro entre produção e consumo na segunda maior economia do mundo tem gerado oportunidades de negócios para países agroexportadores. É o caso do Brasil. Após meses do fim do embargo à carne brasileira, a China já está entre os principais destinos para as exportações do produto. Somente entre junho do ano passado e janeiro de 2016, o comércio rendeu quase US\$ 906 milhões para os frigoríficos brasileiros.

E as expectativas são otimistas para o setor. Com o aumento da renda das famílias, os chineses começaram a ingerir mais proteína animal nos últimos

anos. Segundo especialistas ouvidos pela agência Xinhua, cada chinês ainda consome a média de 6 quilos de carne bovina por ano. Para se ter uma ideia do potencial de crescimento, essa média chega a 36 quilos por ano no Brasil.

Por outro lado, os armazéns chineses seguem lotados de milho. Os estoques altos são consequências da política

de preços mínimos que Pequim tem disponibilizado para garantir renda aos produtores chineses. O problema é que o mecanismo fez com que os preços do cereal chinês ficassem quase duas vezes mais caros que os concorrentes importados. Isso sem mencionar os custos para manter os estoques públicos.

A expectativa é que o Estado chinês

reduza os preços mínimos para o milho a partir de abril. Com a medida, as autoridades chinesas esperam reduzir a diferença entre os altos preços internos e os dos concorrentes importados. Por tabela, pretendem atrair o interesse da indústria doméstica para os estoques estatais. O próximo passo será a liberalização dos preços internos.

Pegadas da poluição

A descontaminação dos solos é uma das novidades do 13º Plano Plurianual chinês. O documento expõe as prioridades da China para os próximos quatro anos. As autoridades chinesas declararam guerra à poluição em 2013. Mas, até o momento, só haviam divulgado planos para despoluir o ar das grandes cidades e as fontes de água nas zonas rurais. Agora, os solos do país também ganham a atenção das autoridades locais.

O Ministério de Proteção Ambiental chinês já prepara um conjunto de normas e de ações para despoluir os solos do país. A expectativa é que o Congresso Nacional do Povo – o parlamento nacional – aprove as propostas do Executivo em 2017.

O ministro responsável por coordenar as ações, Chen Jining, justificou que a

falta de informações sobre a poluição dos solos dificultou a elaboração do programa. Chen ainda reiterou que o governo central vai lançar uma campanha nacional para conscientizar a população sobre o tema.

Os chineses têm um longo caminho pela frente. A primeira avaliação apontou que 16% das amostras de solo coletadas em 6,3 milhões de quilômetros quadrados apresentam alto grau de poluição. Para se ter uma ideia da representatividade da pesquisa, a China tem 9,6 milhões de quilômetros quadrados.

O problema está presente tanto nas zonas industriais quanto nas regiões agropecuárias. Em alguns locais, os pesquisadores encontraram metais pesados. As terras do Sul do país são as

mais afetadas.

O tratamento inadequado de dejetos industriais e a aplicação de doses excessivas de agroquímicos nas lavouras estão entre as principais causas da poluição do solo na China. “A terra ficou escura e infértil”, disse Qiu Xinghong ao jornal China Daily. Qiu é diretor-adjunto de um departamento do governo chinês que promove tecnologias agrícolas no país.

A meta do Ministério para Proteção Ambiental é despoluir as terras do país até 2020. Para ganhar agilidade, o órgão ganhou mais três departamentos para acompanhar a situação do ar, das águas e dos solos chineses. Muito trabalho pela frente.

Aposta dobrada na agricultura

Um montante de 120 bilhões. Foi o que o Banco de Desenvolvimento Agrícola da China (ADBC) injetou na agricultura do país somente em 2015. O valor representa mais do que o dobro dos empréstimos da instituição aos agricultores chineses em 2014. O anúncio foi feito pelo presidente do conselho do banco, Xie Xuezhong, no final de fevereiro.

O dirigente não revelou detalhes dos projetos que o banco tem priorizado no campo chinês. Mas é certo que o otimismo com o setor já é reflexo dos esforços de Pequim para modernizar a produção local de alimentos. E uma das principais apostas é conectar vilas rurais aos grandes centros urbanos. A ideia é

reduzir os custos de transporte com a melhoria da infraestrutura do interior do país. Esse é um dos problemas que os chineses pretendem resolver durante a vigência do 13º Plano Quinquenal (2016-2020).

Fundado em 1994, o ADBC é um dos principais financiadores da agricultura chinesa. Disponibiliza um vasto cardápio de linhas de crédito para apoiar desde a estocagem de grãos até a construção de rodovias nas zonas rurais. Projetos para conservação ambiental também estão na lista de prioridades do banco.

Mas são os subsídios que Pequim disponibiliza para bancar a produção

agrícola que chamam a atenção dos analistas de mercado. Na contramão da maioria do grupo dos países desenvolvidos, a China tem aumentado o valor da ajuda governamental aos produtores rurais. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) calcula que 70% dos subsídios chineses distorcem os preços do comércio agrícola mundial.

Os valores das subvenções que o Estado chinês transfere ao setor rural também assustam produtores de outros países. Anualmente, chegam a quase US\$ 300 bilhões – mais que o dobro do que a União Europeia concede a todos os produtores do bloco. 🌱